

MME - CONSULTA PÚBLICA Nº 122 DE 10/03/2022

Proposta de revisão da Portaria nº 419/GM/MME, de 20 de novembro de 2019, que regulamenta a emissão, a escrituração, o registro, a negociação e a aposentadoria do Crédito de Descarbonização (CBIO) do RenovaBio.

Contribuições Raízen S.A.:

Versão consulta pública	Sugestão Raízen	Justificativa
<p>CAPÍTULO I DA ESCRITURAÇÃO DO CRÉDITO DE DESCARBONIZAÇÃO</p> <p>Art. 1º O serviço de escrituração do Crédito de Descarbonização - CBIO compreende:</p> <p>I - cadastro prévio da instituição financeira, responsável pela emissão de Créditos de Descarbonização escriturais em nome do emissor primário, como escriturador de valores mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários;</p> <p>II - a criação do Crédito de Descarbonização, após solicitação do emissor primário, com base nas informações disponibilizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP em sistema informatizado específico, conforme previsto no art. 9º do Decreto nº 9.888, de 27 de junho de 2019;</p> <p>III - a manutenção de contas individuais de Crédito de Descarbonização em base que permita o controle das</p>	N/A	N/A

<p>informações relativas à titularidade dos créditos escriturados; (Redação dada pela Portaria MME nº 122, de 23 de março de 2020)</p> <p>IV - a realização do registro do Crédito de Descarbonização em entidade registradora autorizada pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, até o segundo dia útil após sua emissão; e (Redação dada pela Portaria MME nº 122, de 23 de março de 2020)</p> <p>V - a aposentadoria do Crédito de Descarbonização e a manutenção desse registro por no mínimo cinco anos.</p> <p>Parágrafo único. O serviço de escrituração não atribui ao seu prestador responsabilidade sobre a fiscalização e a validação do lastro do Crédito de Descarbonização de que trata o art. 9º do Decreto nº 9.888, de 2019.</p>		
<p>Art. 2º Devem constar das contas individuais de que trata o art. 1º, inciso II, as seguintes informações sobre o Crédito de Descarbonização:</p> <p>I - identificação, qualificação, natureza jurídica e domicílio do emissor primário;</p> <p>II - número de controle do registro do Crédito de Descarbonização na entidade registradora; e (Redação dada pela Portaria MME nº 122, de 23 de março de 2020)</p> <p>III - número de controle disponibilizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP em sistema informatizado específico que vincula os Créditos de Descarbonização emitidos ao seu</p>	N/A	N/A

<p>respectivo lastro, nos termos previstos no art. 9º, § 1º, do Decreto nº 9.888, de 2019. (Redação dada pela Portaria MME nº 122, de 23 de março de 2020)</p>		
<p>Art. 3º A prestação do serviço de escrituração do Crédito de Descarbonização deve ser objeto de contrato específico celebrado entre o emissor primário, contratante, e o escriturador, contratado, e deve dispor, no mínimo, sobre:</p> <p>I - a exigência de que somente o escriturador pode praticar os atos de escrituração do Crédito de Descarbonização objeto do contrato; e</p> <p>II - a descrição dos procedimentos operacionais das obrigações, dos deveres e das responsabilidades do contratante e do contratado.</p> <p>§ 1º O emissor primário pode manter contrato com apenas um escriturador.</p> <p>§ 2º Em caso de rompimento contratual ou interrupção na prestação do serviço de escrituração, o emissor primário deve substituir o escriturador em até quinze dias úteis.</p> <p>§ 3º O escriturador deve transferir, de imediato, ao contratante ou à pessoa por ele indicada, os dados, as informações e os documentos relacionados aos serviços prestados até o momento do rompimento contratual ou da interrupção na prestação do serviço de escrituração de que trata o § 2º.</p>	<p>N/A</p>	<p>N/A</p>
<p>CAPÍTULO II DO REGISTRO EM ENTIDADE REGISTRADORA</p>	<p>N/A</p>	<p>N/A</p>

<p>Art. 4º A entidade registradora na qual esteja registrado o Crédito de Descarbonização deve:</p> <p>I - manter registro das operações realizadas nos ambientes de negociação pelo prazo mínimo de cinco anos ou até o encerramento de eventuais investigações ou inquéritos a ela devidamente comunicados;</p> <p>II - promover a cooperação e a coordenação entre as entidades responsáveis pelo ambiente de negociação, compensação e liquidação, bem como pelo processamento das informações relativas aos negócios realizados sempre que esses serviços não sejam providos internamente; e</p> <p>III - promover a criação de mecanismos de interoperabilidade entre entidades registradoras de Crédito de Descarbonização, caso exista mais de uma.</p> <p>Parágrafo único. A entidade registradora com objetivo de iniciar a oferta de registro do Crédito de Descarbonização deve, antes do início das operações, comprovar perante o Ministério de Minas e Energia, a existência de mecanismos de interoperabilidade com a(s) entidade(s) registradora(s) de Crédito de Descarbonização existentes.</p>		
<p>Art. 5º O Crédito de Descarbonização deve ser mantido pela entidade registradora em contas de registro individualizadas por titular e movimentáveis a partir de crédito ou débito.</p>	N/A	N/A
<p>Art. 6º A entidade registradora na qual o Crédito de Descarbonização esteja registrado deve publicar</p>	N/A	N/A

<p>diariamente, no seu sítio eletrônico na Internet, relatório com as seguintes informações:</p> <p>I - quantidade de Créditos de Descarbonização registrados no dia anterior e no acumulado no ano;</p> <p>II - quantidade de Créditos de Descarbonização operados, volume financeiro e preços máximo, médio e mínimo registrados no dia anterior e no acumulado no ano;</p> <p>III - quantidade de Créditos de Descarbonização, de forma agregada, na posse das categorias Parte Obrigada e Parte Não Obrigada previstas respectivamente no art. 8º, incisos II e III, registrados no dia anterior e no acumulado no ano; e</p> <p>IV - quantidade de Créditos de Descarbonização registrados como aposentados no dia anterior e no acumulado no ano.</p> <p>Parágrafo 1º. As entidades registradoras poderão enviar ao Ministério de Minas e Energia e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis informações individualizadas acerca das operações registradas em seus sistemas, relativas à emissão, negociação e aposentadoria dos Créditos de Descarbonização, mediante autorização expressa de todos os interessados, cuja coleta e guarda é de responsabilidade dos emissores primários, escrituradores e participantes do ambiente de negociação.</p> <p>Parágrafo 2º. As informações serão solicitadas por ofício que especificará tipo de operação, agente, data e</p>		
---	--	--

<p>a fundamentação de que necessita dos dados para atendimento de sua finalidade pública, para execução de suas atribuições legais na gestão da Política Nacional de Biocombustíveis.</p>		
<p>CAPÍTULO III DA NEGOCIAÇÃO DO CRÉDITO DE DESCARBONIZAÇÃO</p> <p>Art. 7º O Crédito de Descarbonização deve ser negociado em ambiente que garanta a não identificação das contrapartes.</p> <p>Parágrafo único: não aplicável a instituições financeiras quando de negociações diretas destas com emissores primários e compradores.</p>	<p>CAPÍTULO III DA NEGOCIAÇÃO DO CRÉDITO DE DESCARBONIZAÇÃO</p> <p>Art. 7º O Crédito de Descarbonização deve ser negociado em ambiente que garanta a não identificação das contrapartes.</p>	<p>Segundo a Nota Técnica nº 7/2022/DBIO/SPG, a inclusão do parágrafo único proposto na versão da Portaria objeto da consulta pública teria o objetivo de permitir que as instituições financeiras operem como contrapartes sem a necessidade de não identificação, como forma de, ao reduzir exigências às instituições financeiras, “permitir que estas possam realizar compras futura de CBIOS dos emissores primários e posterior venda futura a partes obrigadas e não obrigadas, o que deve proteger os agentes (...) de variações bruscas de preço, resultando em diminuição de custos regulatórios” (item 4.4.3).</p> <p>Ainda de acordo com a Nota Técnica nº 7/2022/DBIO/SPG (item 4.3.3), a premissa principal da regra de não identificação diria respeito ao estabelecimento de mecanismos capazes de evitar danos à concorrência, considerando que, caso emissor e comprador de CBIOS fossem identificáveis durante a negociação, poderiam praticar atos para manipular a razão entre oferta e demanda ou o preço do ativo. A inserção do parágrafo único, contudo, contraria tal lógica, conforme a seguir detalhado.</p> <p>Caso a alteração seja levada à cabo pelo MME, as instituições financeiras passarão a poder atuar como contraparte das operações de compra e venda de CBIOS por si próprios escriturados. Um mesmo agente, assim, concentrará as funções de escriturador e contraparte, detendo enorme poder de especulação e manipulação da quantidade de CBIOS disponíveis e,</p>

		<p>consequentemente, de seu valor – possibilidade que adquire contornos mais críticos considerando a existência dos distribuidores como partes obrigadas, ou seja, agentes que são obrigados a adquirir CBIOS.</p> <p>Também do ponto de vista do produtor a possibilidade de a instituição financeira comprar e vender CBIOS seria danosa, considerando que o produtor enfrentaria a concorrência do próprio agente escriturador dos CBIOS gerados. Os produtores, assim, seriam obrigados a competir por mercado com seus próprios fornecedores</p> <p>Dessa forma, o escriturador poderia tanto manipular artificialmente os preços de compra quanto de venda de CBIOS, contando com uma demanda garantida, pois obrigada a adquirir os títulos por ele comercializados.</p> <p>Ainda nos termos da Nota Técnica nº 7/2022/DBIO/SPG (item 4.3.3), a alteração pretendida adviria de posicionamento exarado pelo banco Santander (instituição financeira) quanto à suposta inexistência de riscos anticoncorrenciais quando o agente financeiro figurar como contraparte nas operações de compra e venda futuras, considerando sua suposta atuação “como parte isenta das operações, buscando fomentar o mercado de CBIOS e, além disso, ampliando o seu portfólio de produtos e serviços financeiros oferecidos a seus clientes”. A Nota Técnica não traz qualquer questionamento à posição do Santander, que é utilizada como fundamentação para a inserção do parágrafo único ora proposto.</p> <p>No entanto, como descrevemos acima, a alteração proposta, contrariando a premissa de suposta</p>
--	--	--

		<p>“isenção” das instituições financeiras, cria incentivos perversos para o mercado que se pretende solidificar, ignorando os conflitos de interesses aos quais estes agentes passarão a estar expostos, podendo controlar o mercado em todos os elos da cadeia, como espécie de superespeculadores.</p> <p>Assim, os fundamentos apontados para a previsão de não identificação das contrapartes - no sentido de afastar a possibilidade de manipulação artificial da oferta e da demanda e dos preços de CBIOS - também são válidos para que as instituições financeiras não possam atuar como contraparte das operações de compra e venda de CBIOS, devendo a redação atual do art. 7º ser mantida, sem a inclusão do parágrafo único.</p> <p>Note-se, ademais, que os efeitos descritos acima não foram considerados pela Nota Técnica nº 7/2022/DBIO/SPG dentre os impactos da alteração pretendida. A análise de impacto regulatório constante da Nota Técnica, assim, restou incompleta, e não contém, de forma efetiva, “informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo para verificar a razoabilidade do seu impacto econômico”, conforme previsto pelo art. 5º da Lei de Liberdade Econômica (Lei Federal nº 13.874/2019).</p> <p>Por todo o exposto, a Raízen se posiciona contrariamente à alteração proposta, que tem como efeito a criação de um especulador com acesso a informações privilegiadas, e abre espaço para graves conflitos de interesses e um completo desvirtuamento finalístico do mercado de CBIOS. Ademais, os impactos da proposta não foram adequadamente avaliados pela análise de impacto regulatório trazida na Nota Técnica</p>
--	--	--

		nº 7/2022/DBIO/SPG, que se pautou, unicamente, pelo posicionamento de agente diretamente interessado na alteração em questão.
<p>Art. 8º Os detentores de Crédito de Descarbonização devem ser classificados em todos os sistemas eletrônicos de escrituração, negociação e registro dentro das seguintes categorias:</p> <p>I - Emissor Primário: produtor ou importador de biocombustível, autorizado pela ANP, habilitado a solicitar a emissão de Crédito de Descarbonização em quantidade proporcional ao volume de biocombustível produzido ou importado e comercializado, relativamente à Nota de Eficiência Energético-Ambiental constante do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis;</p> <p>II - Parte Obrigada: distribuidores de combustíveis obrigados a comprovar o atendimento de metas individuais compulsórias de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa nos termos do art. 7, § 2º, da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e do art. 5º do Decreto nº 9.888, de 2019; e</p> <p>III - Parte Não Obrigada: demais detentores de Crédito de Descarbonização, residentes e não residentes, previamente cadastrados a operar em ambiente de negociação.</p>	N/A	N/A
Art. 9º É admitida a contratação de serviço de gestão de carteira de Crédito de Descarbonização, sendo assegurados poderes de negociação de tais créditos	N/A	N/A

<p>por conta e ordem de terceiros, que não serão classificados nas categorias indicadas no art. 8º.</p>		
<p>Art. 10. A cooperativa de produtores de biocombustíveis, nos termos do art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, pode negociar o Crédito de Descarbonização dos seus associados de forma agregada.</p>	<p>N/A</p>	<p>N/A</p>
<p>CAPÍTULO IV DA APOSENTADORIA DO CRÉDITO DE DESCARBONIZAÇÃO</p> <p>Art. 11. Aposentadoria do Crédito de Descarbonização é o processo realizado por solicitação do detentor do crédito que visa a sua retirada definitiva de circulação, o que impede qualquer negociação futura do crédito aposentado. (Redação dada pela Portaria MME nº 122, de 23 de março de 2020)</p> <p>§ 1º O escriturador será informado pela entidade registradora sobre a solicitação de aposentadoria do Crédito de Descarbonização no dia do seu requerimento, devendo processar a aposentadoria em seus controles. (Redação dada pela Portaria MME nº 122, de 23 de março de 2020)</p> <p>§ 2º A partir do recebimento da informação do requerimento da aposentadoria do Crédito de Descarbonização, a entidade registradora bloqueará o respectivo crédito para registro de movimentações.</p>	<p>N/A</p>	<p>N/A</p>
<p>Art. 12. O Crédito de Descarbonização será válido enquanto não houver sua aposentadoria.</p>	<p>N/A</p>	<p>N/A</p>

<p>Art. 13. A Parte Obrigada de que trata o art. 8º, inciso II, fará a comprovação do atendimento das suas metas individuais por meio da aposentadoria de Crédito de Descarbonização em quantidade equivalente.</p>	<p>N/A</p>	<p>N/A</p>
<p>Art. 14. O escriturador deve enviar trimestralmente à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP as posições aposentadas dos titulares da categoria Parte Obrigada.</p>	<p>N/A</p>	<p>N/A</p>
<p>CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS</p> <p>Art. 15. Os escrituradores, as entidades registradoras e os participantes do ambiente de negociação devem manter controles apropriados ao monitoramento dos riscos inerentes às suas atividades, bem como fazer as gestões necessárias ao fiel cumprimento do regulamento do Crédito de Descarbonização no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis - RenovaBio.</p>	<p>N/A</p>	<p>N/A</p>
<p>Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>N/A</p>	<p>N/A</p>

* * *